



INTRACGU

A nova seção "Articulação Internacional"



RTA

Acesso à informação e grupos em situação de vulnerabilidade



OEA

Avaliações recentes e apresentação de boas práticas



ONU

Desafios na recuperação de ativos



G20

Plano de Ação e perspectivas



NOTÍCIAS DA INTRACGU

Clique nas chamadas e leia na IntraCGU

Ouvidoria-Geral da União promove mais uma edição das Quartas de ICIC

CGU participa da 2ª Reunião da Rede da OCDE em Transparência e Accountability

CGU e OCDE debatem resultados preliminares da Avaliação de Governo Aberto

STPC participa da Reunião Geral da Iniciativa Global para a Transparência Fiscal

OGU apresenta à OEA experiência no uso de tecnologia para combate à corrupção

ICIC realiza reunião de apoio à comissão de acesso à informação no Afeganistão

SFC participa de diálogo com Banco de Desenvolvimento da América Latina

OGU organiza webinar internacional sobre liberdade de imprensa

AINT INAUGURA SEÇÃO NA INTRACGU

O novo espaço reúne informações sobre as atividades internacionais em diversas linhas de atuação



Página inicial da Articulação Internacional na IntraCGU

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (Aint) lançou, no último dia 30 de setembro, um novo espaço na IntraCGU. Voltado aos servidores, o conteúdo apresenta as iniciativas lideradas pela Aint, assim como as ações capitaneadas pelas diversas áreas da Controladoria-Geral da União (CGU).

A seção, chamada **Articulação Internacional**, pode ser acessada a partir do menu "CGU em Temas". Entre as linhas de atuação, está o acompanhamento das convenções dedicadas ao combate à corrupção, dos grupos de trabalho e das

redes em que a CGU participa junto às organizações internacionais. Nas páginas sobre o tema, podem ser encontrados detalhes sobre a estrutura, a dinâmica de funcionamento destes grupos de discussão e a relação com as atribuições do órgão.

No espaço, também é possível acessar todos os acordos de cooperação técnica internacional já firmados pela CGU, assim como as edições do Boletim CGU Internacional, o Painel de Recomendações e o formulário de participação em eventos internacionais.

FORMULÁRIO

O [Formulário de Participação em Eventos Internacionais](#) é uma ferramenta de fácil utilização e foi elaborado para subsidiar o calendário interno da Aint. O objetivo é possibilitar a visualização das atividades previstas e contribuir para que a Aint preste o apoio que for necessário, assim como se mantenha alinhada aos interesses das secretarias, ao identificar oportunidades

de intercâmbio e cooperação com parceiros externos.

Solicitamos que a participação em futuros eventos, reuniões ou treinamentos no âmbito internacional seja registrada no formulário e convidamos as servidoras e os servidores da CGU para conhecer a seção "Articulação Internacional".

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Internacionalização da Revista da CGU

A edição de dezembro de 2021 da Revista da CGU trará o Dossiê Especial de Regulação nas diversas áreas de atuação da CGU - auditoria, correição, transparência, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção.

Entre março e julho, foram recebidos 19 artigos de 38 autores. Este é o maior número de submissões da história do periódico, sendo 3 submissões internacionais - oriundas de autores do Equador, México e Portugal.

A Revista da CGU é um veículo de produção científica. A contribuição de autores e editores internacionais em suas edições é um importante componente do impacto alcançado pela revista. Nesse sentido, foi aberta uma [chamada de trabalhos para a edição de maio de 2022 da Revista da](#)



[CGU](#), que trará o Dossiê Especial 10 anos da Lei de Acesso à Informação.

Entre os editores convidados está a Dra. Lourdes Morales Canales, Coordenadora da *Red por Rendición de Cuentas* e professora do Centro Universitário de Ciências Econômico Administrativas da Universidade de Guadalajara, México. A chamada permanecerá em aberto até o dia 24 de dezembro de 2021.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Em agosto, a Controladoria-Geral da União (CGU) esteve envolvida em discussões relacionadas ao acesso à informação por grupos em situação de vulnerabilidade, no contexto da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA). Já em setembro, houve uma sequência de sessões dos grupos da Organização das Nações Unidas (ONU). Na

Organização dos Estados Americanos (OEA), a CGU acompanhou a avaliação do México e da Costa Rica, além de apresentar o FARO - Ferramenta de Análise de Risco em Ouvidoria como boa prática em tecnologia. Fechando o mês de setembro, ocorreu o último encontro deste ano do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20.

RTA

CGU coordena discussões sobre acesso à informação por grupos em situação de vulnerabilidade

A Controladoria-Geral da União (CGU) coordenou, nos dias 05 e 13 de agosto de 2021, o 1º *Workshop* sobre o Direito de Acesso à Informação para os Grupos em Situação de Vulnerabilidade.

O evento é uma iniciativa no âmbito do projeto da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) e busca desenvolver uma metodologia para promover e implementar ações que garantam condições de acessibilidade para que grupos vulneráveis possam exercer, em igualdade de condições, o direito de acesso à informação.

O *workshop* foi realizado na modalidade

virtual e, neste primeiro momento, buscou levantar as experiências em curso nos países membros da RTA e os pontos de vista compartilhados entre seus representantes sobre os grupos vulneráveis a serem estudados e sobre os passos metodológicos para o desenvolvimento de um modelo regional.

O grupo de trabalho decidiu realizar estudos sobre os principais obstáculos que um grupo vulnerável enfrenta no acesso à informação pública para acessar os serviços públicos. Cada país escolheu uma população para realizar um projeto piloto.

QUILOMBOLAS

A CGU definiu que desenvolverá um diagnóstico sobre as políticas e serviços públicos prestados à população Quilombola e consultará associações representativas para identificar quais são as necessidades que podem ser melhor atendidas pela promoção do direito de acesso à informação a essa população que não é incluída digitalmente e se encontra, muitas vezes, em localidades remotas.

Este trabalho está sendo desenvolvido em estreita coordenação com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão do Ministério

da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com apoio de atores envolvidos no Programa Brasil Quilombola.

O evento contou com a participação dos representantes da CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União; do *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales do México*; do *Consejo para la Transparencia do Chile*; do *Instituto de Acceso a la Información Pública de El Salvador* e da *Autoridad Nacional de Transparencia y Acceso a la Información do Panamá*.



Participantes do *Workshop* sobre o Direito de Acesso à Informação para os Grupos em Situação de Vulnerabilidade

Além dos representantes do grupo, o projeto conta também com subsídios de instituições de mais oito países da região ibero-americana.

compõe o novo conselho administrativo da Rede para o período de 2021 a 2024. Mais informações sobre os projetos e grupos estão disponíveis na [página da RTA](#).

Ainda no âmbito da RTA, a CGU também

ONU

Brasil enfatiza a importância de procedimentos criminais, civis e administrativos na recuperação de ativos

No período de 6 a 10 de setembro de 2021, ocorreram, em formato híbrido, as sessões do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, juntamente com o Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos e o Grupo de Peritos sobre Cooperação Internacional. A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais participou dos eventos.

Dentre os temas da agenda, foram debatidos os desafios e as lacunas no âmbito da implementação das medidas de recuperação de ativos previstas na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). O Brasil enfatizou a importância de os Estados contarem com diversas medidas, sejam criminais, civis ou administrativas nos procedimentos de acusação, julgamento e sanção de atos de corrupção e na recuperação dos ativos ilícitamente enviados a outras jurisdições.

De igual maneira, destacou as previsões da [Declaração Política](#) aprovada na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção

(Ungass), que conclama os membros da UNCAC a prover a maior cooperação possível em procedimentos civis e administrativos, incluindo a assistência jurídica mútua. A visão brasileira entende que os procedimentos criminais, civis e administrativos na recuperação de ativos são complementares, posicionamento que ainda encontra resistência em diversas jurisdições estrangeiras.

Outro tema abordado na agenda tratou dos mecanismos alternativos no âmbito da recuperação de ativos. Os acordos extrajudiciais celebrados pela Controladoria-Geral da União, Advocacia-Geral da União e Ministério Público Federal foram objeto de destaque nas falas de painelistas e da delegação brasileira, que detalhou o procedimento estabelecido pela Lei Anticorrupção, os números de acordos celebrados e os valores recuperados. A experiência do Brasil com os acordos de leniência é reconhecida internacionalmente como via alternativa eficiente na recuperação de ativos ilícitos enviados ao exterior.

OEA

Mesicic conclui avaliação do México e da Costa Rica, e CGU apresenta o FARO

Entre 13 e 16 de setembro de 2021, ocorreu a segunda reunião anual da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção

(Mesicic), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A delegação brasileira foi chefiada pela Controladoria-Geral da União

(CGU) e contou com a participação de representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Polícia Federal, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério Público Federal.

Durante o encontro, foram debatidos os relatórios da sexta rodada de avaliação da Costa Rica e do México, que já podem ser acessados no [Portal Anticorrupção das Américas](#). A análise sobre os sistemas de combate ao suborno transnacional nos dois países despertou especial interesse, tendo em vista que ambos também são parte da Convenção Antissuborno da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Também chamou a atenção, no relatório do México, o reconhecimento como boa prática do ["Padrón de Integridad Empresarial en materia de Ética e Integridad"](#), iniciativa semelhante ao programa Empresa Pró-Ética, em que se reconhecem empresas voluntariamente



Representantes de diversos países em reunião virtual do Mesicic

engajadas na construção de um ambiente de negócios mais íntegro, fomentando o engajamento do setor privado no combate à corrupção. No caso da experiência mexicana, as empresas avaliadas recebem o *"Distintivo de Integridad Empresarial"*, obtido a partir da validação em cinco módulos de registro em plataforma específica.

TECNOLOGIA

Além da avaliação dos países, a reunião contou com sessão especial para apresentação de boas práticas, com foco

no uso de novas tecnologias da informação e comunicação para prevenir e combater a corrupção.

A CGU, representada pelo ouvidor-geral da União, Valmir Dias, apresentou o FARO – Ferramenta de Análise de Risco em Ouvidoria. A iniciativa, que é resultado da ação 35 do [Plano Anticorrupção](#), utiliza o cruzamento de dados automatizados para atribuir pontuação às denúncias recebidas no Fala.BR, empregando técnicas de *machine learning*, de modo a priorizá-las, de acordo com o grau de relevância e a probabilidade de habilitação para apuração. Além do Brasil, diversos outros membros apresentaram iniciativas. Um [resumo das apresentações realizadas](#) está disponível no [perfil oficial do Mesicic](#) no *Twitter*.



Valmir Dias apresenta o FARO como boa prática

G20

Grupo de Trabalho aprova Plano de Ação e discute perspectivas

O Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG) reuniu-se, em formato virtual, pela terceira e última vez em 2021, durante os dias 28 de setembro a 1 de outubro. A reunião marcou o encerramento da presidência italiana do ACWG e a passagem de bastão para a Indonésia, que ficará à frente do grupo em 2022.

A maior parte dos trabalhos dessa terceira reunião se concentrou na negociação e na aprovação do Plano de Ação do G20/ACWG para o período de 2022-2024. O importante documento será a principal referência para a condução dos trabalhos do grupo nos próximos três anos, estabelecendo áreas prioritárias e de interesse, que devem ser aprofundadas pelo grupo, bem como temas transversais emergentes prioritários, a serem considerados pelo grupo.

Durante a reunião, os países do ACWG adotaram ainda, por consenso, dois importantes documentos no âmbito do grupo: os Princípios de Alto Nível para Prevenção e Combate da Corrupção em Emergências e o Relatório de *Accountability* 2021.

O Relatório de *Accountability* é a principal ferramenta de monitoramento da implementação dos compromissos assumidos pelos países no âmbito do G20/ACWG. Diferentemente das convenções internacionais anticorrupção (como OEA, ONU e OCDE), o G20 não conta com um mecanismo formal de revisão por pares da implementação de seus compromissos e nem mesmo emite recomendações aos países. Dessa forma, o Relatório de *Accountability* é um importante exercício voluntário de autoavaliação dos países, que permite verificar o nível de progresso nacional em áreas específicas no combate à corrupção.

PRIORIDADES

O Plano de Ação 2022-2024 estabeleceu três áreas principais para o ACWG adotar medidas concretas, com o propósito de implementar efetivamente os compromissos existentes no G20 e, se necessário, expandi-los e atualizá-los:

- transparência, integridade e *accountability* no setor público;
- transparência, integridade e *accountability* no setor privado;
- cooperação internacional, recuperação de ativos e *denial of safe haven*.

Os **temas transversais prioritários** em que o ACWG deve promover ações nessas áreas são:

- (a) mensuração da corrupção;
- (b) gênero e corrupção;
- (c) comércio e investimentos;
- (d) meio ambiente e corrupção.

PERSPECTIVAS

A presidência do ACWG foi definida para os próximos três anos. Indonésia e Austrália serão copresidentes do grupo em 2022, a Índia ocupará a presidência em 2023 e o Brasil, em 2024. Os representantes destes países compartilharam os objetivos, prioridades e desafios à frente do ACWG.

De acordo com a chefe da delegação brasileira, Elizabeth Cosmo, para a futura presidência do Brasil no grupo será importante continuar os esforços para a implementação efetiva dos compromissos existentes no âmbito do G20, principalmente:

- a promoção da integridade e transparência nos setores público e privado;
- a adoção de medidas abrangentes para a efetiva punição dos atos de corrupção, tais como procedimentos criminais, civis e administrativos;

- a promoção da cooperação internacional e recuperação de ativos, especialmente em matéria não-criminal e *non-conviction-based asset recovery*;
- o uso de ferramentas avançadas e emergentes de tecnologia da informação no combate à corrupção e o desenvolvimento de indicadores baseados em evidências para a mensuração da corrupção; e
- o fortalecimento das redes especializadas de agentes aplicadores da lei e do intercâmbio de informações, conhecimento e expertise.



Elizabeth Cosmo, chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, durante apresentação na terceira reunião do G20/ACWG.

Além da assessora especial para Assuntos Internacionais da CGU, a delegação brasileira contou ainda com a participação de representantes da

Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Relações Exteriores.

COOPERAÇÃO PRÓ-ÉTICA

Programa da CGU é apresentado em painel internacional



O coordenador Keyne dos Santos e representantes do Paraguai, México e Alemanha

A Coordenação-Geral de Integridade Privada e a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais participaram, no dia 29 de setembro de 2021, de reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção organizado pela "Alliance for Integrity" e pela Câmara de Comércio Paraguai-Alema. A reunião foi realizada como atividade do projeto de cooperação técnica trilateral entre Brasil, Paraguai e Alemanha "Fortalecendo a Integridade em Tempos de Crise".

O coordenador-geral de Integridade Privada, Keyne Taniguchi dos Santos, participou do painel "Programa de incentivos con base en normas de integridad", ao lado de representantes da

Argentina, Paraguai e México.

No painel, foram apresentadas as principais medidas de incentivo relacionadas ao tema de integridade adotadas por cada um dos países. A apresentação da Controladoria-Geral da União teve o programa Empresa Pró-Ética como foco, com exposição sobre a evolução histórica do programa e o avanço da discussão sobre integridade no Brasil. Ao longo do painel, além do debate sobre as medidas de incentivo para adoção de programas de integridade por parte de empresas privadas, também foram discutidos os principais fatores de sucesso do Pró-Ética que, na edição atual, completa 10 anos de existência.

DADOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

CGU se reúne com o Observatorio de Transparencia y Anticorrupción da Colômbia

No dia 25 de agosto de 2021, a Coordenação-Geral de Inteligência de Dados (CGDATA), da Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas, com apoio da Assessoria para Assuntos Internacionais, reuniu-se com o *Observatorio de Transparencia y Anticorrupción* do governo colombiano. Na ocasião, a CGDATA apresentou alguns de seus projetos de ciência de dados, bem como relacionados ao uso de inteligência artificial nos trabalhos da

Controladoria-Geral da União. A CGDATA compartilhou também aprendizados técnicos e institucionais obtidos ao longo de vários anos de desenvolvimento de trabalhos de ciência de dados aplicados ao setor público. O Observatorio da Colômbia, por sua vez, apresentou o portal de transparência do governo colombiano e discutiu seus planos de futuros projetos de ciência de dados voltados para o combate à corrupção.

CAPACITAÇÃO E CONFERÊNCIAS

Cursos internacionais de curta e média duração

O KDD (*Knowledge Discovery and Data Mining* – Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados) é uma conferência anual que reúne pesquisadores e profissionais de todo o mundo dedicados a *data mining*, *data science*, *knowledge discovery*, *data analytics* em grande escala e *big data*. Realizada desde 1991, é considerada a conferência mais influente sobre o assunto. A edição de 2021, realizada virtualmente no mês de agosto, contou com a participação de diversos servidores da Secretaria de Combate à Corrupção, da Secretaria Federal de Controle Interno e das Regionais da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme informações da Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação.

A tabela ao lado apresenta as recentes ações de capacitação custeadas pela CGU:

No mês de setembro, o servidor Raimer Rodrigues

Rezende participou de curso da Academia Internacional Anticorrupção – IACA, que é uma instituição parceira da CGU.

O órgão mantém um acordo de cooperação técnica com a IACA, que inclui esforços para fomentar e promover atividades de capacitação para prevenção e combate à corrupção.

O *IACA Summer Academy* é um programa intensivo e interdisciplinar que aborda as tendências e práticas da agenda anticorrupção global. O curso foi realizado à distância, em inglês.

TIPO	NOME	UNIDADE	CURSO	PERIODO	CARGA HORARIA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	
Curta e média	Alexandre Cezar Pratti	CGU/ES	KDD 2021 Virtual Conference	14/08/2021	18/08/2021	40	EAD	internacional
	David Cosac Junior	SCC/DIE /CGDATA						
	Eduardo Soares de Paiva	CGU/RJ						
	Fernando Sola Pereira	SCC/DIE /CGDATA						
	Filipe Teofilo Albuquerque	CGU/CE						
	Hamilton Luiz Rodrigues de Oliveira	SCC/DIE /CGDATA						
	Leonardo Jorge Sales	SCC/DIE /CGDATA						
	Marcelo Mercio Dandrea	CGU/RS						
	Nelson do Vale Oliveira	SCC/DIE /CGDATA						
	Renata Guanaes Machado	SCC/DIE /CGDATA						
	Rodrigo Dewes	SCC/DIE /CGDATA						
	Rodrigo Peres Ferreira	SCC/DIE /CGDATA						
	Tatiana Pópia Correa	CGU/MS						
	Yuri Fontes de Oliveira	CGU/PB						
	Diego Souza Santos	SFC/DAE/CGEP						
	Gustavo Cordeiro Galvão Van Erven	SFC/DG/CGATI						
Suene Bezerra Leite	SFC/DG/CGATI							
Gildedson Fryttys Meneses Leite	SFC/DS/CGEBC							
Curta e média	Raimer Rodrigues Rezende	STPC/DPC /CGECI	IACA Summer Academy 2021	04/09/2021	10/09/2021	30	EAD	internacional

Cursos de curta e média duração ocorridos entre agosto e setembro de 2021

ICIC 2021

Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação

ICIC 2021

Brasília_Brazil

Access to Information for a Changing World
Using Technology to Promote Inclusion



Controladoria-Geral do Distrito Federal



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



O Brasil sedia a Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação (ICIC) em 2021 e integra o seu Comitê Executivo desde 2019, sendo representado pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU).

Dando sequência a uma série de atividades ao longo do ano, a ICIC, sob a organização da OGU, promoveu dois webinários e uma reunião extraordinária, entre agosto e setembro.

25 de agosto de 2021 - Webinário "Acesso à Informação e Liberdade de Imprensa"

O evento contou com especialistas do México, dos Estados Unidos e da China. A [transmissão](#) do webinário está disponível no canal da CGU no Youtube.

O webinário discutiu a relação entre a liberdade de imprensa e o direito à informação que são direitos confluentes e complementares. Os painelistas lembraram que essa correlação de direitos é marcada pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que estabelece que o direito fundamental à liberdade de expressão compreende a liberdade de buscar, receber e transmitir informações e ideias por qualquer meio e

independentemente de fronteiras.

27 de agosto de 2021 - Reunião extraordinária em apoio à comissária do Afeganistão

O Comitê Executivo da ICIC realizou reunião extraordinária para analisar o pedido de apoio encaminhado pela comissária de acesso à informação do Afeganistão.

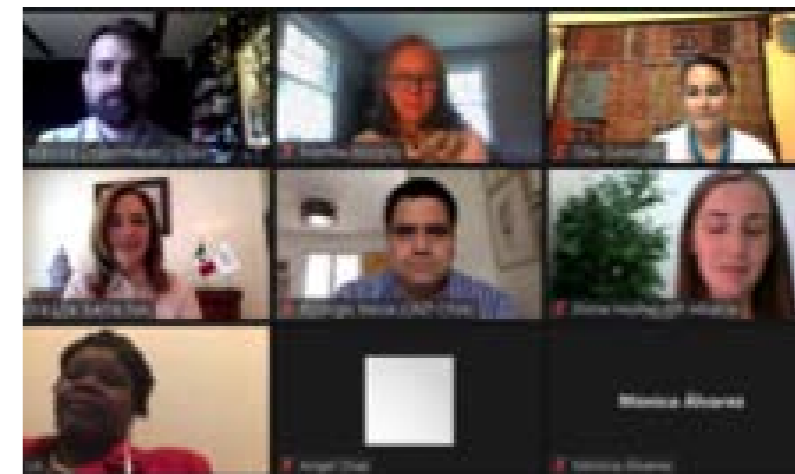
Segundo o relato, a instituição estaria sob ameaça do novo regime, que teria a crença de que a Autoridade de Acesso à Informação seria, também, responsável por todas as bases de dados governamentais daquele país.

Os membros do Comitê emitiram uma declaração conjunta sobre a importância do direito de acesso à informação e do papel das autoridades garantidoras de acesso; bem como discutiram as alternativas apresentadas pelos países membros quanto a eventual ajuda humanitária à equipe afegã.

29 de setembro de 2021 - "Desafios da Transparência nos Governos Digitais: Transparência da gestão pública no uso da Inteligência Artificial"

O [evento](#), com tradução simultânea para o português, espanhol e inglês, foi transmitido pelo canal da CGU no YouTube.

O webinário dedicou-se a discutir os desafios da transparência nos governos digitais, dentre eles os desafios éticos, os riscos de reprodução de possíveis vieses e preconceitos sociais, as possibilidades



Membros do ICIC reunidos em apoio à comissária afegã

para superar tais riscos pela abertura dos algoritmos e das bases de dados em portais governamentais, pela adoção de algoritmos explicáveis e auditáveis, permitindo maior controle social.



ICIC dá as boas-vindas aos participantes do webinário

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais agradece as contribuições recebidas e a colaboração de todas as secretarias para a realização do Boletim CGU Internacional. ■